



Artigo

Gestão turística e potencialidade de desenvolvimento da região do Lago Corumbá IV no Estado de Goiás/Brasil

Management of tourism and the potential for development in the region of Lago Corumbá IV in the State of Goiás/Brazil

Gestión del turismo y el potencial de desarrollo en la región del Lago Corumbá IV en el estado de Goiás/Brasil

Amanda Alves Borges - Universidade de São Paulo (USP)

Ivaneli Schreinert dos Santos - Universidade de São Paulo (USP)

Edegar Luiz Tomazzoni - Universidade de São Paulo (USP)

Débora Cordeiro Braga - Universidade de São Paulo (USP)

Palavras-chave:

Gestão de turismo;
Governança de turismo;
Desenvolvimento regional;
Usina Hidrelétrica;
Atrativo turístico.

Resumo

O Lago Corumbá IV está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil e banha sete municípios do Estado de Goiás: Abadiânia, Alexânia, Luziânia, Silvânia, Novo Gama, Corumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto. O Lago tem potencial turístico, entretanto, as áreas de suas margens não são adequadamente desenvolvidas para o turismo. Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a gestão turística da região do Lago Corumbá IV, com base na visão dos gestores do setor privado e gestores públicos locais. A metodologia é de abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica sobre o objeto de pesquisa. Os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas estruturadas, com posterior análise de conteúdo, utilizando o *software Iramuteq*. Os resultados evidenciam que não há uma governança em prol de um desenvolvimento regional integrado do Lago Corumbá IV, nem mesmo há uma adequada articulação entre o setor público e o setor privado dos sete municípios.

Keywords:

Tourism management ;
Tourism governance;
Regional development;
Hydroelectric power plant;

Abstract

Lake Corumbá IV is located in the Central-Western Region of Brazil and bathes seven municipalities: Abadiânia, Alexânia, Luziânia, Silvânia, Novo Gama, Corumbá de Goiás and Santo Antônio do Descoberto. The Lake has tourism potential, however, the areas along its banks are not adequately developed for tourism. Thus, the objective of this article is to analyze the tourism management on the Lake Corumbá

Tourist attraction.

IV region, based on the view of private sector managers and local public managers. The methodology uses a qualitative approach, based on bibliographic research on the object of study. The empirical data were collected through structured interviews, with subsequent content analysis using the *Iramuteq*® software. The results show that there is no governance in favor of an integrated regional development of Lake Corumbá IV, nor is there an adequate articulation between the public sector and the private sector of the seven municipalities.

Resumen

Palabras clave:

Gestión turística;
Gobernanza turística;
Desarrollo regional;
Central Hidroeléctrica;
Atractivo turístico.

El Lago Corumbá IV se encuentra en la Región Centro-Oeste de Brasil y baña siete municipios en el estado de Goiás: Abadiânia, Alexânia, Luziânia, Silvânia, Novo Gama, Corumbá de Goiás y Santo Antônio do Descoberto. El Lago tiene potencial turístico, sin embargo, las áreas a lo largo de sus orillas no están adecuadamente desarrolladas para el turismo. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es analizar la gestión turística de la región del Lago Corumbá IV, con base en la visión de gerentes del sector privado y gestores públicos locales. La metodología tiene un enfoque cualitativo, a partir de un rastreo bibliográfico sobre el objeto de la investigación. Los datos empíricos fueron recolectados mediante entrevistas estructuradas, con posterior análisis de contenido utilizando el software *Iramuteq*®. Los resultados muestran que no existe una gobernanza a favor de un desarrollo regional integrado del Lago Corumbá IV, ni una adecuada articulación entre el sector público y el sector privado de los siete municipios.

Recebido em: 28/12/2020.

Aprovado em: 09/08/2021

Como citar APA:

Revisado por pares

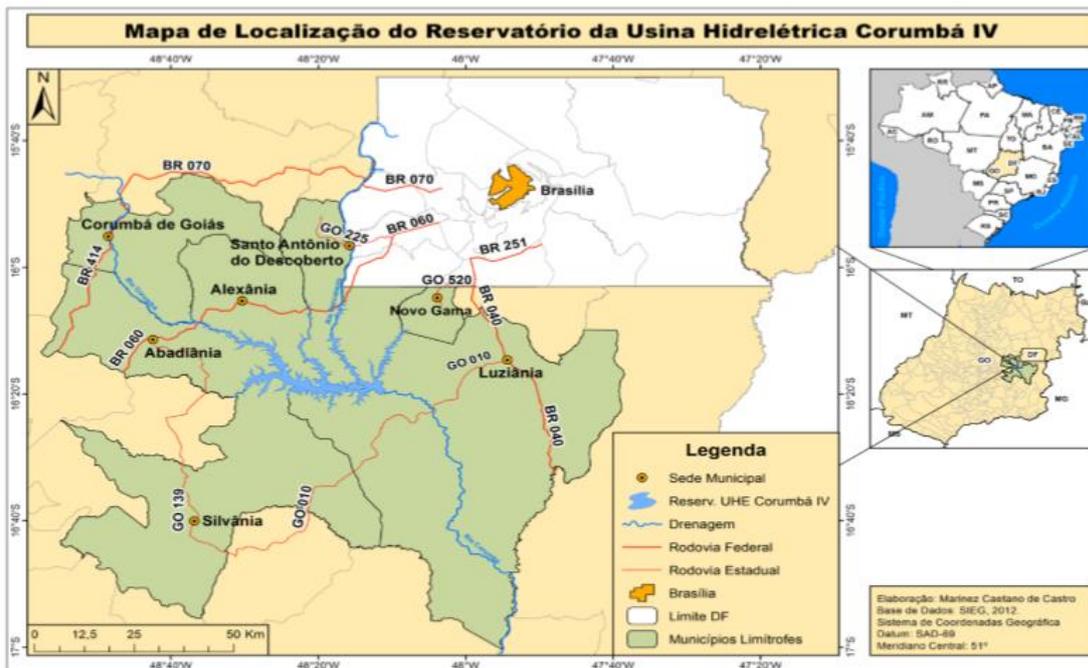
Borges, A.A., Santos, I.S., Tomazzoni, E.L., & Braga, D.C. Gestão turística e potencialidade de desenvolvimento da região do Lago Corumbá IV no estado de Goiás/Brasil. *Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, 9 (3), Set./dez. 10.26512/revistacenario.v9i3.35793



Introdução

O Lago Corumbá IV formou-se após a instalação de uma barragem que deu origem ao reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Corumbá IV, inaugurada em 2006, com capacidade de gerar energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O Lago é utilizado também para o lazer e o turismo; tem 173 km² de área, aproximadamente; localiza-se na Região Centro-Oeste do Brasil; e banha sete municípios do estado de Goiás: Abadiânia, Alexânia, Luziânia, Silvânia, Novo Gama, Corumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto (Corumbá Concessões S.A., 2019b).

O principal rio que alimenta o reservatório é o Rio Corumbá, que deságua no Lago na porção do município de Corumbá de Goiás (Castro, 2014). A Figura 1 indica a localização do lago, os municípios limítrofes e as principais rodovias que conectam Brasília ao reservatório.

Figura 1. Reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV e municípios de abrangência

Fonte: Castro (2014).

Apesar do potencial do Lago para pesca e prática de esportes náuticos, as áreas municipais em suas margens não são desenvolvidas turisticamente. Dessa forma, pensando no desenvolvimento regional, surgem alguns questionamentos: Como os gestores turísticos dos sete municípios do Lago Corumbá IV estão gerindo o turismo? Quais são os desafios enfrentados na gestão turística regional? Quais são as ações que podem ser realizadas para melhoria? As respostas para tais perguntas podem contribuir para um melhor planejamento regional integrado do turismo por parte dos gestores municipais.

A gestão participativa é fundamental para o desenvolvimento do turismo (Bantim & Fratucci, 2019; Bock, 2018; Sudarmiatin et al., 2017). No Brasil, as políticas públicas apoiam a gestão do turismo em atuação sinérgica e descentralizada, nos níveis nacional, estadual e regional (Ministério do Turismo, 2013, 2018; Meneghel & Tomazzoni, 2012).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a gestão turística da região do Lago Corumbá IV. Os objetivos específicos são: entender os desafios e as ações da gestão turística local e quais são as visões dos gestores do setor privado e dos gestores públicos locais, compreendendo diferenças e semelhanças destes dois grupos de atores em relação à gestão turística.

O trabalho está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Primeiramente, são discutidos na fundamentação teórica temas sobre gestão, governança e desenvolvimento regional do turismo. Em seguida, é apresentada a metodologia de abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, que fundamentou a discussão teórica, os dados sobre o Lago Corumbá IV e a pesquisa empírica realizada por meio de entrevistas estruturadas. A terceira parte traz os resultados, com posterior análise de conteúdo, ilustrados com quadros e uma Classificação Hierárquica Descendente. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Fundamentação teórica

A escolha de desenvolver este trabalho sobre a gestão do turismo em âmbito regional se dá em razão do interesse em compreender os sete municípios que são banhados pelo Lago Corumbá IV, com o intuito de descobrir se existe alguma atuação colaborativa entre atores locais e regionais, dos setores públicos e privados.

A seleção desses dois públicos baseia-se no fato de trabalhos como de Ribeiro et al. (2020) constarem a distinção de percepção de cada um destes grupos de atores, considerando que existem diferenças de conhecimentos tácitos e explícitos entre eles (Silva, 2016). Para Sudarmiatin et al. (2017), o sucesso da gestão do turismo está pautado em gestão dos recursos humanos e uma boa coordenação. Segundo Marins (2019), as políticas de longo prazo apoiadas pela nomeação de especialistas em gestão do turismo são fundamentais para o desenvolvimento turístico.

Uma gestão do turismo que não envolva gestores do setor privado, órgãos de representação da sociedade civil e outros atores ligados ao turismo dificilmente contribuirá com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, principalmente devido a questões políticas, como conflitos entre suas autoridades e incapacidade de melhoria da situação atual (González-Mantilla & León, 2020). Reforçando essa ideia, Tanana et al. (2019) explicam que a ausência de planejamento e de gestão do turismo de forma participativa tem sérias implicações para a continuidade dos processos de desenvolvimento dos destinos.

De acordo com Bock (2018), a gestão do turismo possibilita a análise e a compreensão dos processos de tomada de decisões, além da elaboração e da implementação de políticas. Sendo assim, explica-se o porquê de discorrer sobre todas as suas nuances a partir de políticas de turismo, desenvolvidas em níveis federal, regional e municipal.

O Plano Nacional do Turismo - PNT (2018-2022), por exemplo, é o instrumento que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação do turismo no território nacional. Propõe linhas de atuação, que devem nortear ações sinérgicas entre União, Estados, Distrito Federal, regiões turísticas e municípios; são estas: ordenamento, gestão e monitoramento; estruturação do turismo brasileiro; formalização e qualificação no turismo; incentivo ao turismo responsável; marketing e apoio à comercialização (Ministério do Turismo, 2018).

O Programa de Regionalização do Turismo - PRT (Ministério do Turismo, 2013), adotado desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, é mencionado e incentivado em todos os PNT publicados desde então. O Programa ganhou força e status nas políticas desenvolvidas pelo setor até se tornar a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro. Seu objetivo geral é apoiar a gestão, a estruturação e a promoção do turismo no Brasil, de forma compartilhada e descentralizada, em âmbitos nacional, estadual e regional (Ministério do Turismo, 2013).

Para alcançar os resultados almejados no processo de regionalização do turismo, o Governo Federal definiu algumas premissas, entre elas, a de integração e a participação social, que objetivam o fortalecimento e o protagonismo da cadeia produtiva do turismo no âmbito regional, no conjunto dos municípios e nos processos de gestão das políticas públicas. Para tanto, o PRT instituiu o Mapa do Turismo Brasileiro, que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas (Ministério do Turismo, 2013).

Em termos de gestão estadual, o Estado de Goiás conta com a Goiás Turismo, órgão oficial responsável pelo turismo goiano, o qual faz a interlocução do estado com o PRT do Ministério do Turismo (MTur), que desde 2016 categoriza municípios do Mapa de Regionalização segundo sua potencialidade turística (Ministério do Turismo, 2019). Dos sete municípios banhados pelo Lago Corumbá IV, apenas quatro fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro (Ministério do Turismo, 2020; Da Redação do Mais Goiás, 2019), como mostra a Figura 2.

Figura 2. Região turística e categorização dos municípios banhados pelo Lago Corumbá IV

MUNICÍPIO	REGIÃO DO MAPA DO TURISMO	CATEGORIA MAPA DO TURISMO
ABADIÂNIA	REGIÃO TURÍSTICA DO OURO E CRISTAIS	B
ALEXÂNIA	REGIÃO TURÍSTICA DO OURO E CRISTAIS	C
CORUMBÁ DE GOIÁS	REGIÃO TURÍSTICA DO OURO E CRISTAIS	D
LUZIÂNIA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
NOVO GAMA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
SILVÂNIA	REGIÃO TURÍSTICA DA ESTRADA DE FERRO	D

Fonte: Elaborado pelos autores (2020), conforme Ministério do Turismo (2020).

A Categorização Mapa do Turismo foi elaborada pelo Ministério do Turismo – MTur para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro. Ela classifica de forma decrescente da letra A até a letra E. Basicamente, essa classificação é feita através de uma análise com cinco variáveis, sendo elas: quantidade de estabelecimento de hospedagem; quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; quantidade estimada de visitantes domésticos; quantidade estimada de visitantes internacionais; e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Sendo assim, a categoria A representa maior fluxo turístico, maior número de estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem e, assim, sucessivamente (Ministério do Turismo, 2019).

Em nível municipal, uma forma de levantamento de dados que contribui para a gestão turística do município é o inventário da oferta turística, que reúne informações gerais do município, tais como meios de hospedagem; unidades habitacionais; alimentação; transporte;

agenciamento; atrativos culturais; serviços e equipamentos de apoio (Governo Estadual de Goiás & Goiás Turismo, 2012).

Ainda em âmbito municipal, há o Plano Municipal de Turismo, com objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística no município, abrangendo oportunidades, ameaças, objetivos, estratégias e ações (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Sebrae], 2012). Este pode ser demandado ou coordenado pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que, usualmente, reúne representantes do meio público e privado na intenção de monitorar, periodicamente, o plano de turismo (Sebrae, 2012), entre outras atribuições de gestão do turismo municipal.

De acordo com Bantim e Fratucci (2019), a falta de participação e de representatividade de membros do COMTUR, alinhada com os impasses de administrar um território regionalizado, e a alta dependência da esfera pública são fatores de dificuldades na gestão do turismo, pois inviabilizam um processo participativo. Além disso, os autores afirmam que mesmo a política pública do Brasil estimulando a gestão do turismo descentralizada, com atuação horizontal, na realidade, ainda não há gestão democrática, pois os interesses são diversos e a tentativa de um consenso é um desafio (Bantim & Fratucci, 2019).

Segundo Pimenta e Mattedi (2020), a regionalização do turismo fundamenta-se na descentralização da atividade turística, permitindo que os atores dos municípios integrantes participem na tomada de decisões, através do rodízio administrativo. O planejado, como política pública, deve atender a real necessidade dos atores que vivem na base local.

A comunidade em geral também tem um papel significativo na gestão do turismo, uma vez que os benefícios do turismo são sentidos por todos os moradores do município e, por isso, deve-se incentivar a formação de organizações de gestão do turismo com participação ativa da comunidade (Wirahayu et al., 2019).

Bock (2018) reforça a importância da interação dos setores privado e público, por meio da governança. Segundo a autora, a governança evidencia a necessidade do esforço colaborativo para a resolução dos problemas públicos, uma vez que não compete somente ao Estado essa responsabilidade. Bock (2018) reforça que as associações empresariais são igualmente importantes nos processos de gestão do turismo.

De acordo com Hall (2011), a governança é claramente um conceito significativo no planejamento de um destino turístico e na política, contudo, o desafio da governança de destinos turísticos não é apenas da política pública, mas de toda sua conjuntura, para delimitar o direcionamento do Estado nas ações de desenvolvimento do turismo (Coutinho & Nóbrega, 2019).

Velasco-González (2008) vai de acordo com o mesmo pensamento. Segundo a autora, o turismo precisa da colaboração do setor público e do setor privado para sua promoção. A governança do turismo deve ser entendida como um processo de decisão público-privada que irá melhorar a gestão de conflitos. A governança do turismo significa dar um passo à frente no governo do turismo.

A gestão participativa e integrada também significa avanço, pois, segundo Mira et al. (2017), é necessária uma estrutura que organize e que direcione os esforços individuais num movimento coletivo conducente ao desenvolvimento do turismo em certa região. De acordo com os mesmos autores, a dimensão estratégica e a operacional fazem parte da gestão.

Sabe-se que o turismo serve como um pilar do desenvolvimento econômico local (Zhang et al., 2019), contribuindo com a geração de empregos e distribuição de renda (Adnyana et al., 2020), portanto, é relevante entender sobre os recursos gerados pelo turismo e se há políticas para destinar valores para investimentos em prol do desenvolvimento do turismo.

Porém, o turismo não é apenas um fenômeno econômico, também é um fenômeno social complexo, que requer a compreensão dos vínculos formados entre os principais atores da atividade turística (Merinero-Rodríguez & Pulido-Fernández, 2016). Dessa maneira, um dos caminhos para compreender o papel desempenhado pelas empresas e instituições é identificar também as percepções dos empreendedores do turismo (Marins, 2019; Ribeiro, 2020).

À vista da existência de vários instrumentos de gestão turística e das discussões feitas acerca da governança, do planejamento participativo e do desenvolvimento regional do turismo, o levantamento empírico desta pesquisa buscará entender o quanto os gestores nos sete municípios da região do Lago de Corumbá IV estão preparados para atuar nessas direções. Para isso, também é necessário compreender se os gestores do setor privado têm parcerias com os gestores públicos municipais do entorno do Lago para antever o rumo do turismo na região. Os caminhos metodológicos adotados estão descritos na próxima parte.

Metodologia

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva e exploratória, segundo indicativos colocados por Veal (2011), baseada em método qualitativo de análise de dados, especificamente, a análise de conteúdo feita a partir dos dados empíricos obtidos por meio de entrevistas.

O referencial teórico e as informações sobre a realidade da região do Lago Corumbá IV foram obtidos por pesquisa bibliográfica realizada em obras de referência e artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, além de consulta a documentos e leis que subsidiam questões sobre o planejamento regional do turismo.

Os dados empíricos resultam de 16 entrevistas realizadas com atores locais, sendo estruturadas com base em relação fixa de perguntas, com mesma ordem e redação (Britto & Feres, 2011). As entrevistas foram realizadas entre 13 de maio e 15 de junho de 2020. A ideia inicial era realizá-las de forma presencial, mas, devido à pandemia da Covid-19, foram realizadas virtualmente, por meio das plataformas *Google Meet®* e *Zoom®*, priorizando a vídeoconferência. Entretanto, metade dos entrevistados optou por responder de outras formas, como por aplicativo de mensagens (*Whatsapp*) e e-mail, nesses casos, o roteiro da entrevista foi disponibilizado ao gestor e as respostas foram retornadas por escrito.

Os respondentes foram divididos em dois grupos: os gestores do setor privado e os gestores públicos, conforme detalhado no Quadro 1. Dentre os gestores do setor privado, inicialmente, foram contatados os dez empreendedores turísticos com mais tradição ou maior volume de demanda de visitantes que se localizam às margens do Lago Corumbá IV, mas apenas cinco se disponibilizaram a participar da pesquisa. Por esse motivo, nem todos os municípios foram representados no grupo dos gestores do setor privado. Além dos empreendedores, foi feita uma entrevista com um funcionário da Corumbá Concessões S.A., a empresa responsável pela UHE - Usina Hidrelétrica Corumbá IV.

As entrevistas com os gestores públicos totalizaram em dez, sendo realizadas com prefeitos, representantes de turismo ou de secretarias afins dos sete municípios e uma com um coordenador da Goiás Turismo, o órgão oficial de turismo do Estado de Goiás (Quadro 1).

Todos os 16 entrevistados permitiram utilização de suas respostas para a presente pesquisa. Optou-se por ocultar os nomes dos entrevistados, sendo enumerados de E1 a E16, para facilitar a apresentação dos resultados e manter os respondentes incógnitos, em alinhamento com o código de ética das pesquisas sociais. O Quadro 1 a seguir apresenta os detalhes sobre as entrevistas que representam a amostra desta pesquisa.

Quadro 1. Caracterização do grupo de gestores entrevistados

Gestores do Setor Privado e Gestores do Setor Público				
Grupo	Nº	Município	Função	Modalidade
Gestores do Setor Privado	E1	Abadiânia	Proprietário da Pousada Coité	Aplicativo de mensagem
	E2	Abadiânia	Proprietária da Pousada Hipark	Aplicativo de mensagem
	E3	Abadiânia	Proprietário do Rancho Ninhos das Águias	Aplicativo de mensagem
	E4	Luziânia	Proprietário da Casa Paradiso	Aplicativo de mensagem
	E5	Luziânia	Proprietário do Restaurante e flutuante Kanto do Lago	Aplicativo de mensagem
	E6	Todos (representante regional)	Analista de meio ambiente da Corumbá Concessões S.A.	E-mail
Gestores do Setor Público	E7	Abadiânia	Diretor de turismo	<i>Google Meet</i>
	E8	Luziânia	Prefeita	<i>Zoom</i>
	E9	Luziânia	Secretária do meio ambiente	Aplicativo de mensagem
	E10	Alexânia	Coordenador de turismo e cultura	<i>Google Meet</i>
	E11	Silvânia	Secretário de meio ambiente	Aplicativo de mensagem
	E12	Novo Gama	Secretário de meio ambiente	<i>Google Meet</i>
	E13	Novo Gama	Assessor técnico da Secretaria de Desporto, Lazer, Turismo e Cultura	<i>Google Meet</i>
	E14	Corumbá de Goiás	Secretário de educação e cultura, responsável pela pasta de turismo	<i>Google Meet</i>
	E15	Santo Antônio do Descoberto	Secretário do meio ambiente	<i>Google Meet</i>
	E16	Todos (representante regional)	Coordenador de estruturação de destinos turísticos da Goiás Turismo e interlocutor estadual com o PRT do Ministério do Turismo	<i>Google Meet</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Considerando que os dois grupos de gestores têm características, desafios e focos distintos, foram estruturados dois roteiros diferentes. O roteiro de entrevista realizado com os gestores de empreendimentos privados foi estruturado buscando entender os desafios enfrentados; interações com a gestão pública; e ações de melhoria para o desenvolvimento do turismo.

Já a entrevista com o grupo de gestores públicos baseou-se em um roteiro com 15 perguntas, entre elas, as três feitas aos gestores de empreendimentos privados acrescidas de questões referentes à responsabilidade pela gestão do lago; à incumbência pela gestão turística; à ciência do gestor sobre o PRT e os PNT; ao conhecimento sobre o Mapa do Turismo; à existência de instrumentos de gestão (Plano Municipal do Turismo, Inventário da Oferta Turística e COMTUR); às ações associadas entre os sete municípios; à participação da população residente; à articulação entre os prefeitos; aos projetos da prefeitura para o Lago; aos recursos financeiros para investimento turístico; e ao potencial turístico do Lago. A

última pergunta foi aberta, questionando se havia algum outro comentário pertinente a ser feito.

Todas as entrevistas foram transcritas, totalizando 36.093 palavras. As respostas foram compiladas em quadros esquemáticos e, posteriormente, codificadas para a realização da análise de conteúdo, operacionalizada por meio do *software Iramuteq® (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*. Este *software* permite realizar a análise lexical quantitativa, na qual a palavra é considerada como unidade enquanto fornece sua contextualização por meio de segmentos do corpus textual em análise. Nesse sentido, foi possível a extração de significado das falas dos respondentes (Camargo & Justo, 2013).

Primeiro, foi feita uma análise separada das falas dos dois grupos de gestores estudados. Depois, uniu-se os dois grupos e foi utilizado o método de Reinert, com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), na qual os segmentos de textos são correlacionados, confeccionando um esquema hierárquico de classes de palavras a partir das quais é possível identificar e compreender as ideias principais nos grupos de discursos (Camargo & Justo, 2013).

Com apoio dos dois formatos de compilação dos dados, foi possível realizar a análise das percepções dos atores-chave, considerando os temas discutidos no referencial teórico e relacionando os conteúdos das falas dos gestores do setor privado e público. A próxima parte deste estudo traz o detalhamento da realidade da região, elaborada a partir de fontes secundárias, documentais e a análise dos dados obtidos nas entrevistas com os grupos de atores pesquisados.

Resultados

Região do Lago Corumbá IV

Para contextualização da região objeto deste estudo, é importante explicar que, em 1998, a Themag Engenharia S.A. e a Construtora RV Ltda. iniciaram os estudos da Bacia do Alto Corumbá, resultando no indicativo da viabilidade da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Corumbá IV. No início do ano de 2000, nasce a Corumbá Concessões S.A. (CCSA), empresa responsável pela criação da UHE Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A., 2019b).

Em 2004, o processo de licenciamento da UHE foi transferido para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em fevereiro de 2006, após cinco anos de construção, a Usina Hidrelétrica foi inaugurada com duas unidades geradoras e capacidade de 127 Megawatts (MW) de potência, energia suficiente para abastecer uma cidade com 250.000 habitantes. A UHE está localizada no município de Luziânia e, atualmente, abastece cerca de 15% da demanda energética do Distrito Federal (Corumbá Concessões S.A., 2019b).

O Lago Corumbá IV possui capacidade de cerca de 3,7 trilhões litros d'água e em seu entorno foi estabelecida uma Área de Preservação Permanente (APP) com extensão de 100 metros de largura, somando uma área total em cerca de 9.000 hectares. Em 2012, o IBAMA aprovou o Plano Ambiental de Conservação e Uso de Reservatórios Artificiais (PACUERA) da UHE Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A., 2019b). O PACUERA tem o objetivo de garantir o uso correto da APP do entorno do reservatório (Ministério Público do Estado de Goiás, 2013).

A Lei nº 12.651 (2012) estabelece normas de preservação das APP's, áreas estas que são de domínio público e de vegetação protegida. Sendo assim, há algumas ações não permitidas no Lago e na APP, como desmatar, roçar, plantar mudas que não sejam nativas, estacionar veículos, acender fogueira e churrasqueira, caçar animais nativos, pescar com o uso de redes e deixar lixo.

Às margens do Lago Corumbá IV, alguns fazendeiros fizeram loteamentos particulares, vendendo lotes de terra em formato de contrato, já que não é possível lavrar escritura (Guterres, 2013). É relevante ressaltar que quando dito às margens do Lago Corumbá IV é sempre uma distância superior a 100 metros, delimitado por lei, para proteção da APP.

Segundo Guterres (2013), nos loteamentos localizados no entorno do Lago têm se formado vilas de casas, ocupadas, principalmente, em feriados, recessos e em meses de férias, o que a literatura sobre destinos turísticos aponta como segunda residência ou casas de temporada (Tulik, 2001). A autora também constata que os proprietários dos lotes são, normalmente, de Brasília e Goiânia, em busca de descanso da cidade grande, e afirma que: "O Lago Corumbá IV é utilizado para pesca e prática de esportes náuticos, pois é cinco vezes maior que o Lago Paranoá localizado em Brasília." (Guterres, 2013, p. 36).

Para Castro (2014), o espelho d'água é o que faz surgir novos interesses de moradores, de empreendedores do turismo e de visitantes. Através da sua pesquisa realizada nas principais estradas de acesso ao reservatório Corumbá IV, foi identificado que aproximadamente 14% das pessoas que circulam por elas eram moradores e 86% eram turistas. No que concerne às motivações de visitas ao Lago ou de aquisições de terrenos próximos ao local, estas estão relacionadas ao lazer (61%) e descanso (16%). Ainda segundo Castro (2014), os moradores locais afirmam que há descaso do poder público em relação à infraestrutura e à gestão turística da região do Lago.

O Lago não está localizado nos núcleos urbanos dos sete municípios que banha, mas sim em área rural. Por esse motivo, a presente pesquisa não entrou em detalhes sobre os municípios, apenas sobre questões que interferem na gestão específica da região do Lago.

O único município que possui Plano Municipal de Turismo é Corumbá de Goiás, e Silvânia está com um plano em construção. Três municípios possuem Inventário da Oferta Turística, sendo eles: Abadiânia (Governo Estadual de Goiás & Goiás Turismo, 2012), Silvânia (Observatório do Turismo do Estado de Goiás, 2019) e Santo Antônio do Descoberto, que não repassou o documento. Alexânia possui um Diagnóstico do Potencial Turístico (Sebrae, 2018), Luziânia usa como material de apoio uma dissertação de mestrado (Silva, 2014) e Corumbá de Goiás informou que está trabalhando em um inventário, no qual o Lago estaria contemplado.

Os inventários existentes citam o Lago, mas não discorrem muito sobre o assunto, evidenciando a falta de atenção com a região. Apenas os quatro municípios que estão no Mapa do Turismo possuem COMTUR, considerando ser uma das obrigações para estar inserido.

O caso específico do município de Abadiânia, que iniciou sua trajetória como destino turístico por volta de 1978, devido à Casa Dom Inácio de Loyola, na qual João de Deus, médium com dons de cura, fazia trabalhos espirituais. Este centro de atendimento gerava, direta e indiretamente, 1,3 mil postos de trabalho e atraía, mensalmente, cerca de 10 mil pessoas – sendo aproximadamente 40% estrangeiros (Estadão Conteúdo, 2018).

Entretanto, após denúncias de que o médium havia assediado pacientes ao longo dos últimos 45 anos, ele foi preso (Sudré, 2019) e houve uma queda drástica no número de turistas na cidade. Temendo colapso no setor, a Goiás Turismo, órgão oficial do turismo do Estado de Goiás, passou a apoiar o município promovendo o Lago Corumbá IV e incentivando o turismo de pesca no local (Goiás, 2019).

Desse modo, o Lago Corumbá IV passou a ser reconhecido como uma das oportunidades para alavancar novamente o turismo em Abadiânia. Além disso, para os outros municípios, o Lago também é considerado uma fonte alternativa de geração de renda e emprego, visto que a Corumbá Concessões S.A. faz um repasse de compensação ambiental pela área inundada em cada município - uma compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Esse repasse é mensal e proporcional ao tamanho de cada área inundada pelo Lago, por exemplo, de outubro 2019 a junho 2020, o valor repassado para cada município foi de respectivamente: Abadiânia (R\$131.652,83), Alexânia (R\$187.184,51), Luziânia (R\$ 217.353,52), Novo Gama (R\$1.136,70), Santo Antônio do Descoberto (R\$255.960,10), Silvânia (R\$100.815,25) e Corumbá de Goiás (R\$2.338,29), de acordo com o boletim informativo da Corumbá Concessões S.A. (2020).

Sabe-se, então, que os municípios recebem mensalmente *royalties* da Corumbá Concessões S.A., porém, a empresa não fiscaliza a sua aplicação, sendo esta responsabilidade atribuída aos órgãos públicos. Sendo assim, não está claro se é destinado algum recurso para o desenvolvimento do turismo (Corumbá Concessões S.A., 2016). Por esse motivo, as entrevistas buscam aprofundar o contexto da gestão do turismo da região do Lago Corumbá IV. Apresenta-se a seguir a análise dos resultados obtidos nas entrevistas, a partir da opinião dos gestores do setor privado e setor público participantes.

Gestores do setor privado

Considerando as três questões que conduziram o contato com os empreendedores turísticos da região estudada, foi construído o Quadro 2. Os resultados que se destacam nas respostas em relação aos desafios enfrentados são os relacionados à infraestrutura e ao pouco apoio do poder público. As percepções sobre a interação com a gestão pública apontam que muitos a consideram inexistente.

Quanto à indicação de ações de melhorias, os gestores do setor privado frisaram a importância de solucionar problemas de infraestrutura e a necessidade de melhor participação do poder público. Logo, os problemas circundam a pouca atuação dos governos municipais em solucionar problemas enfrentados por empresários do setor de turismo, que têm o Lago Corumbá IV como principal atrativo.

Os assuntos levantados nas respostas de cada entrevistado estão listados no Quadro 2, na qual é possível compreender a percepção de cada um dos entrevistados deste grupo pesquisado.

Quadro 2. Respostas compiladas dos gestores do setor privado

	Respostas dos Gestores do Setor Privado		
	Desafios	Interação com a Gestão Pública	Possíveis Ações
E1	Empreender em um local sem tradição turística; Falta de interesse do poder público no turismo; Sazonalidade; Falta de serviços essenciais (energia elétrica, internet, telefonia, coleta de lixo, manutenção da estrada de terra).	Não há interação. Apenas para fazer o cadastro municipal com a expedição do alvará e a licença ambiental, assim a prefeitura faz vistoria no empreendimento.	Ter uma interação entre os diversos empreendimentos de turismo, buscando soluções comuns; Solucionar problemas de infraestrutura; Poder público municipal criar um organismo voltado especialmente para o turismo no Lago, sendo o indutor e catalisador de estratégias visando ampliar o alcance das potencialidades turísticas do Lago.
E2	Excesso de burocracia; Falta de apoio técnico; Falta de apoio financeiro.	Não há interação.	Melhorar as condições da estrada; Maior integração entre os gestores públicos para tratar empreendimentos turísticos como parceiros do desenvolvimento regional.
E3	Desenvolver propaganda de aluguel para sempre estar alugando (Airbnb, Verbo, <i>Whatsapp</i> , amigos).	Não há interação.	Investimento em propaganda, <i>outdoor</i> , televisão e rádio local, <i>Whatsapp</i> e internet.
E4	Falta de sinalização e fiscalização; Asfalto incompleto; Coleta de lixo defasada; Eletrificação fraca; Falta de policiamento; Pouca oferta turística.	Não há interação.	Fazer um estudo do Lago Corumbá IV para levantar todas as potencialidades do turismo; Fazer um trabalho de conscientização dos residentes sobre o Lago.
E5	Falta de estrutura para receber grande público; Falta de recolhimento do lixo; Falta de fiscalização dos órgãos governamentais; Pesca e caça predatória.	Com a prefeitura, Ministério Público, Associação dos comerciantes.	União dos municípios lindeiros, criando um Plano do Turismo Regional; Pavimentação dos acessos que levam às margens do Lago; Investimento em segurança; Maior interesse do poder público; Maior organização dos empreendedores turísticos; Fazer um grupo mesmo que virtual dos principais empreendimentos turísticos do Lago.
E6	Conflito do reservatório para uso múltiplo; Falta regulação do turismo; Problemas com resíduos sólidos, caça e pesca predatória, barulho de carro automotivo, ocupação da APP sem critério para estacionar os carros; Comercialização de terras fora do padrão do plano diretor, com documentos de gaveta.	Não há interação (mas alguns municípios procuraram no passado).	Manter o Projeto turismo sustentável, do qual realiza Parada Ecológica nas principais estradas de acesso ao Lago, entregando cartilha e material educativo, o agente ambiental faz o diálogo sobre o turismo sustentável; Necessidade de uma maior atuação do poder público na regulação do turismo, falta gestão territorial em todas as frentes: Fundiária; Trabalhista; Inclusão dos mais pobres na gestão; Resíduos sólidos; Fiscalização de pesca e caça; Barulho; Uso e ocupação; e Segurança.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Conforme se nota no Quadro 2, a interação dos gestores do setor privado com o poder público não acontece com a maioria dos entrevistados, apenas o Entrevistado E5 afirmou ter uma interação com o poder público, contudo, este reconheceu que falta organização por parte dos gestores do setor privado também, afirmando:

Falta o dever de casa nosso. Eu vejo, opinião minha, o poder público desses municípios hoje não tem ideia do que esse lago pode proporcionar para cada prefeitura dessa se houvesse realmente investimento. (...) De benefício pra comunidade, geração de emprego e assim adiante. (Entrevistado E5, 2020).

Por meio das informações fornecidas pelos gestores do setor privado, foi possível detectar que não há muita interação entre os empreendimentos. Algo relevante a se destacar é que, durante a presente pesquisa, devido ao contato com os empreendedores para a realização do estudo, estes tiveram a iniciativa de formar um grupo dos empreendedores turísticos da região do Lago Corumbá IV em um aplicativo de mensagem (*Whatsapp*), pois perceberam que precisavam estreitar seus contatos, vislumbrando que essa ferramenta de comunicação gratuita poderia auxiliar.

Em relação à Corumbá Concessões S.A., o representante da empresa afirmou que não há gestão do turismo por parte da hidrelétrica e que esta responsabilidade é dos governos federal, estadual e municipal. Também complementou que, por hora, estão suspensas as licenças para regularizar as estradas de acesso ao Lago, pois a Superintendência do IBAMA no Distrito Federal (IBAMA Supes/DF) era a responsável, entretanto, foi extinta em 2019 e, desde então, não há uma posição de quem se responsabilizará. No momento, a empresa aguarda resposta da Secretaria de Recursos Hídricos de Goiás para indicar quem fará as licenças das estradas (Entrevistado E6, 2020).

O representante da Corumbá Concessões S.A. também justificou que a interação entre os setores privado e público era maior quando o IBAMA Supes/DF existia e que, no momento, está sentindo falta de um parceiro do poder público no controle ambiental do Lago. Segundo ele, alguns municípios começaram a atuar e a Polícia Ambiental também faz a fiscalização, quando possível, além disso, o Ministério Público tem responsabilizado pessoas que causam danos ambientais, porém, considerando os anos de 2019 e 2020, é perceptível a ausência da gestão ambiental federal, uma perda significativa para o Lago, sua APP, fauna e flora. (Entrevistado E6, 2020).

Gestores do setor público

Quanto às respostas dos gestores públicos, nenhum dos municípios indicou um gestor específico para o Lago, explicando que quem assume este papel é o prefeito. Nenhum município mantém secretaria específica de turismo, dois têm secretarias que contemplam turismo, é o caso de Silvânia com a Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude e de Novo Gama que conta com a Secretaria de Desporto, Lazer, Turismo e Cultura. Nos outros cinco municípios, o turismo é tratado por uma diretoria, coordenação ou pasta.

Os gestores de Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto não tinham conhecimento sobre o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e o Plano Nacional do Turismo (PNT). Os outros cinco municípios afirmaram que têm conhecimento, porém, não mencionaram detalhes. Os quatro municípios que fazem parte do Mapa do Turismo (Alexânia, Abadiânia, Corumbá de Goiás e Silvânia) têm gestores que dizem seguir as premissas do PRT. Os três municípios (Luziânia, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto) que não fazem parte do Mapa do Turismo mostraram-se interessados em participar, pois, apesar deles não conhecerem o PRT, têm conhecimento sobre o Mapa.

Todos os entrevistados disseram que não existe associação de empresas turísticas ou desconhecem a existência. Os representantes de Abadiânia e Santo Antônio do Descoberto disseram que já tentaram unir os municípios, mas não foram bem-sucedidos, já que, segundo eles, cada município pensa apenas em seus próprios interesses. Todos afirmaram que seria ideal a criação de uma associação, de um consórcio público, centro de discussões, ou de um comitê de crises.

Com exceção de Santo Antônio do Descoberto, todos os outros representantes explicaram que não há uma participação direta da população com a região do Lago, até mesmo porque, a maioria não usufrui do Lago devido à falta de acesso público com infraestrutura adequada. A representante de Luziânia afirmou que as pessoas vão para o Lago apenas porque querem explorar a natureza e consumir bebidas alcoólicas. Os gestores de Silvânia e Novo Gama explicaram que há um maior envolvimento das comunidades ribeirinhas. Corumbá de Goiás alegou que não há participação da população diretamente com o Lago, mas há atuação na preservação do Rio Corumbá, que desemboca no Lago.

Todos declararam que não existe articulação entre os prefeitos dos municípios banhados pelo Lago. Corumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto indicam que há uma articulação paralela e bilateral, pois Corumbá de Goiás se articula melhor com Abadiânia e Alexânia, e Santo Antônio do Descoberto interage com Alexânia e Luziânia.

Todos os respondentes mencionaram projetos que já foram realizados para o Lago, sendo eles: Abadiânia (campeonato de pesca esportiva e barreira de fiscalização durante a pandemia); Luziânia (parque ecológico em parceria com a CCSA, mas que encontra-se com a obra paralisada); Alexânia (manutenção das vias de acesso e educação ambiental com os turistas); Silvânia (criação da Lei nº 1.890 e Lei nº 1794 que dispõem a zona rural como interesse turístico e ambiental); Novo Gama (construção de estação de tratamento da água, busca de esgotos clandestinos e projeto que definiu o município como reserva da biosfera da ONU); Corumbá de Goiás (manutenção do Rio Corumbá e de suas nascentes, educação ambiental dos cidadãos e plantio de árvores); e, por fim, Santo Antônio do Descoberto (passeio ciclístico da Rota da coxinha, blitz ecológica e monitoramento do reservatório).

Quanto ao recurso financeiro, os gestores de seis municípios alegaram que não existe recurso destinado para a região do Lago Corumbá IV e Novo Gama não soube responder. Quanto aos *royalties* da Corumbá Concessões S.A. repassados para cada município, os gestores de Luziânia e Novo Gama não sabiam explicar a finalidade. Abadiânia alegou que nada era destinado para o turismo, a não ser para panfletos. Alexânia e Corumbá de Goiás explicaram que, normalmente, é utilizado para educação e meio ambiente. Silvânia e Santo Antônio do Descoberto explanaram que os *royalties* vão para o caixa único da prefeitura e, normalmente, é destinado para infraestrutura.

Apesar de nenhuma verba ser destinada diretamente ao turismo, todos os gestores afirmaram que o Lago Corumbá IV tem um forte potencial turístico, pois é um recurso natural privilegiado com uma beleza cênica ímpar. Os gestores públicos também apontaram diversos desafios enfrentados, sendo os mais citados: a ocupação fundiária irregular e a ausência de acesso público ao Lago. Quando perguntado a respeito da interação com gestores do setor privado, a maioria respondeu ser inexistente e que a forma mais efetiva de interação é através do COMTUR.

A respeito das possíveis ações de melhorias, algumas respostas se destacam, tais como: ampliar divulgação, regularizar os condomínios e tentar desapropriação de terreno para um acesso público organizado (onde seria construída uma orla, um parque ou um clube). No caso de Abadiânia, o diretor de turismo sugeriu que fosse feita a desapropriação de um alqueire da terra do médium João de Deus, como forma de compensação por todos os problemas que seus atos geraram para a cidade.

As respostas às questões coincidentes, feitas aos empresários, foram organizadas no Quadro 3, por município e não por entrevistados, uma vez que em alguns municípios houve

mais de um entrevistado. Além dos municípios, também foram incluídas as respostas do representante da instância estadual Goiás Turismo.

Quadro 3. Respostas compiladas dos gestores públicos

	Respostas dos Gestores do Setor Público		
	Desafios	Interação com a Gestão Privada	Possíveis Ações
Abadiânia	Falta conscientização ecológica do cidadão proprietário sobre a pesca predatória; Desordem dos festeiros (som, uso excessivo de drogas ilícitas e bebidas alcóolicas, aglomeração mesmo na pandemia); A privatização do acesso ao Lago; Ausência de uma área para fazer um clube municipal.	Não há. A interação é a cobrança do meio privado.	Continuar o campeonato de pesca esportiva; Tentar a desapropriação de um alqueire para fazer o clube municipal; Criar parcerias com os condomínios privados.
Luziânia	Festas desodernadas e aglomerações; Saber como realmente gerir o turismo; Ausência da gestão da Corumbá Concessões.	Pouco.	Aprovar a lei de mudança do plano diretor para conseguir gerir o turismo nas margens do Lago; Ser incluídos no Mapa do Turismo; Fazer um projeto turístico.
Alexânia	Falta de recurso financeiro.	Sim. Através do COMTUR.	Pavimentação da principal via de acesso; Construção de uma orla pública às margens; Integrar com Abadiânia para realizar o campeonato de pesca.
Silvânia	Ocupação irregular; Preocupação com a impermeabilização do entorno do Lago.	A interação que existe é o cumprimento da lei.	Organizar ocupação fundiária e regularizar condomínios; Não permitir novas ocupações irregulares; Evitar crise ambiental e desmatamento.
Novo Gama	Gestão da qualidade da água.	Não há uma comunicação efetiva.	Criar uma unidade de conservação para proteger as nascentes do Ribeirão São Sebastião que desemboca no Rio Corumbá; Ter um planejamento consciente por parte do governo estadual e regional; Preservação das áreas turísticas com investimento financeiro e divulgação para expansão de visitação.
Corumbá de Goiás	Falta de acesso público ao lago; Distância da cidade; Ausência de propaganda.	Sim existe diálogo, mas poderia ser melhor através de uma associação.	Melhor acesso e divulgação; Definir o público a ser trabalhado; Ter uma política pública voltada especificamente para o Lago.
Santo Antônio	Captação da água do reservatório para uso humano; Tentar reunir todos gestores; Uso irregular do solo.	Sim, o município faz atividades, palestras, reuniões.	Licenciar os condomínios; Aguardar o termo de cooperação para entender se o uso humano do reservatório irá afetar a moradia às margens e o turismo; Fazer uma orla pública; Maior participação do poder público.
Goiás Turismo	Falta de uma governança regional forte; Falta de COMTUR nos municípios.	Não.	Continuar o projeto de circuito de torneios de pesca; Tentar a utilização do recurso provido dos restaurantes da BR-060 para o Fundo Municipal do Turismo; Criar uma Produção Associada; Criar um consórcio público entre os municípios; Sensibilização da comunidade em conseguir uma área pública do Lago; Fazer mais promoção e melhorar infraestrutura.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os representantes da gestão das prefeituras indicam a falta de conscientização do cidadão proprietário, de empreendimentos turísticos, dos moradores e dos turistas, que

desrespeitam as normas da APP, como fator que agrava questões ambientais. Por outro lado, apontam que a Corumbá Concessões S.A. faz um trabalho sério na parte de educação ambiental, mas falha na ação de envolver mais os municípios. Na visão da Goiás Turismo, há falta de uma governança regional forte e é necessária uma articulação na gestão do turismo por parte de gestores do setor privado e da gestão pública.

Em contrapartida, viu-se que o empresariado reclama da falta de assistência da gestão municipal para controlar problemas ligados a questões ambientais, como lixo, uso da água do Lago e de infraestrutura com foco no acesso às margens do Lago.

Diante do panorama amplo e controverso, foi feita uma análise de conteúdo das respostas dos 16 entrevistados com auxílio do *software Iramuteq®*. Na primeira parte, foi realizada uma análise separada das falas dos dois grupos em questão, os gestores dos setores privado e público, buscando semelhanças e diferenças entre elas quanto às ideias principais.

Ao gerar as estatísticas descritivas, percebeu-se que o número de *Hápx*, ou seja, o número de palavras que foram utilizadas ou registradas apenas uma vez nos textos (Oliveira, 2016), teve uma maior ocorrência no grupo de gestores do setor privado (25,75%) do que no grupo de gestores públicos (6,47%). Portanto, pode-se afirmar que há maior convergência entre as falas dos participantes do grupo da gestão pública, o que pode apontar para uma tendência de articulação.

Na segunda etapa da análise de conteúdo, foi feita a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Dessa vez, os dois grupos, privado e público, foram considerados de forma conjunta. Na CHD, são geradas classes baseadas no corpus textual em questão (Souza et al., 2018). O *software* também realiza análises estatísticas utilizando o teste qui-quadrado de associação, gerando um documento, chamado *Typical Text Segments*, no qual aparecem as frases que mais representam cada uma das classes geradas. Assim, a partir dele, é possível compreendê-las e nomeá-las. De tal maneira, foram geradas quatro classes, as quais têm o intuito de representar as temáticas que mais se destacaram nas falas dos entrevistados, além de ser possível analisar como essas classes se articulam entre si (Figura 3). É importante ressaltar que expressões e palavras de ligação que não representam uma relação com o tema foram desconsideradas no momento da análise interpretativa.

Figura 3. Classes geradas pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Da classe “Turismo” surge as outras três classes, pois os entrevistados acreditam que sem governança, gestão e preservação do meio ambiente não é possível trabalhar o turismo de forma ordenada. A classe “Meio Ambiente”, a qual trata, principalmente, da preocupação com a qualidade da água do Lago Corumbá IV, aparece mais interligada com as classes “Governança” e “Gestão”, demonstrando que os respondentes têm uma maior preocupação em relação à gestão do meio ambiente do que à do turismo.

As classes “Governança” e “Gestão” têm uma maior proximidade, evidenciando que os entrevistados sabem de sua importância, entretanto, ainda é considerado um ponto fraco da região, o qual deve melhorar para que haja desenvolvimento do turismo, corroborando com as ideias de Bantim & Fratucci (2019); Bock (2018); e Sudarmiatin et al. (2017). A governança é um avanço e é claramente significativo no planejamento de um destino turístico, conforme dito por Hall (2011) e Velasco-González (2008), porém, é necessário na região do Lago Corumbá IV um processo de decisão público-privada para melhorar a gestão de conflitos.

Faltam, portanto, esforços colaborativos dos gestores públicos e também dos empresários, pois estes últimos poderiam ser mais representativos e participativos nas cobranças e decisões, com envolvimento no COMTUR de seu município, por exemplo. Mesmo o Ministério do Turismo (Ministério do Turismo, 2013, 2018), por meio do PRT e do PGT, apoiando a gestão participativa do turismo, no caso do Lago Corumbá IV, não há encaminhamentos democráticos, consultivos ou participativos. Conforme indicado por Mira et al. (2017), é essencial uma estrutura que organize e que direcione os esforços individuais num movimento coletivo conducente ao desenvolvimento do turismo regional, nesse caso, na região do Lago Corumbá IV.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar a gestão turística da região do Lago Corumbá IV e entende-se que tal objetivo foi atingido. O principal resultado é que todos os gestores dos municípios estudados têm dificuldades na gestão turística, não havendo uma boa articulação entre os setores privado e público.

Confirmou-se ainda que não há uma gestão turística regional específica para a região do Lago Corumbá IV, nem mesmo há uma governança em prol de um desenvolvimento regional integrado, explicando-se assim o porquê de todos os problemas enfrentados. Os gestores do setor privado se sentem sem apoio do poder público e o poder público não vê interesse por parte da gestão privada. Ambos julgam um ao outro pelos desafios e somente alguns dos entrevistados assumem a responsabilidade de suas falhas.

É perceptível que os gestores não estão organizados para uma gestão participativa e para um desenvolvimento regional do turismo, visto que os instrumentos de gestão são pouco usados de forma adequada e, apesar de alguns gestores se sentirem interessados em fazer mudanças, ainda não há motivação suficiente para promover um trabalho conjunto que viabilize a superação dos desafios.

O objetivo específico de entender os desafios e as ações foi cumprido, as visões dos gestores dos setores privado e público dos municípios foram apresentadas por meio de quadros esquemáticos. As diferenças e as semelhanças desses dois grupos foram evidenciadas com a análise de conteúdo que revelaram que os entrevistados se mostraram bastante desanimados em relação aos desafios, mas, por outro lado, acreditam no potencial do Lago e apontaram possíveis ações para futuras melhorias.

A título de sugestão, propõe-se aos municípios que não possuem um Plano Municipal do Turismo que seja feito um Plano no qual o Lago Corumbá IV seja incluído. Aos municípios que não possuem Inventário da Oferta Turística atualizado, recomenda-se que também seja realizado o Inventário. Além disso, é essencial que os municípios constem no Mapa do Turismo, pois assim a possibilidade de captar recursos destinados pelo Ministério do Turismo é maior.

Quanto à falta de recursos financeiros para o Lago, sugere-se que, se houvesse união dos municípios por meio de uma instância de governança, poderia ser solicitado parte dos *royalties* para o turismo. E quanto aos empreendedores turísticos do Lago, se eles se organizassem através de uma associação, teriam representatividade jurídica para conquistar benefícios na região.

Este estudo tem limitações, visto que, devido à circunstância relacionada à pandemia da Covid-19 e pela falta de interesse de participação dos gestores do setor privado, não foi possível aprofundar o roteiro de entrevistas nesse setor, nem mesmo realizar as entrevistas de forma presencial. Contudo, as videoconferências foram positivas e as entrevistas foram facilitadas sem a necessidade de deslocamento.

Outra limitação foi a definição de um recorte do atual cenário, uma vez que os gestores do poder público mudam com maior constância e no ano de 2020 ocorreram as eleições municipais para a troca de prefeitos e vereadores. Assim, opiniões e ações podem tomar outros rumos caso a iniciativa privada e a comunidade em geral se mobilizem e cobrem ações para um outro modelo de desenvolvimento do turismo, com caráter regional e participativo.

Propõe-se que, para pesquisas futuras, se faça um recorte maior do grupo do setor privado e com um roteiro mais aprofundado. Um trabalho futuro também poderá focar as ações para as mudanças. É importante lembrar que pesquisas como essas conseguem identificar problemas e podem auxiliar e motivar mudanças benéficas para o desenvolvimento regional do turismo, demonstrando a importância do uso dos instrumentos de governança e de gestão.

Referências

- Adnyana, I.M., Hasanudin, & Nurwulandari, A. (2020). Empirical Examination of Intersectoral Linkages Between Tourism and Regional Economy by Using the Social Accounting Matrix. *International Journal of Economics and Business Administration*, VIII (1), 292–298. <https://doi.org/10.35808/ijeba/437>
- Bantim, N. R., & Fratucci, A. C. (2019). Gestão regional do turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras- RJ. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(1), 108–124. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1487>
- Bock, I. (2018). *Governança e desenvolvimento do turismo – o caso do douro*. [Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro]. <http://hdl.handle.net/10773/28394>
- Britto, Á. F. de B. J., Jr., & Feres, N., Jr. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, 7 (7), 237–250. <http://uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200/186>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513–518. <https://doi.org/10.9788/tp2013.2-16>
- Castro, M. C. (2014). *Território usado e a produção social do turismo na Usina Hidrelétrica Corumbá IV*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16246>
- Corumbá Concessões S.A. (2016). *Informativo UHE Corumbá IV Abril 2016*. http://www.corumbaconcessoes.com.br/wp-content/uploads/2018/08/informativo34_impresao.pdf

- Corumbá Concessões S.A. (2019a). *Informativo UHE Corumbá IV Novembro 2019*. http://www.corumbaconcessoes.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Informativo_42_impresao.pdf
- Corumbá Concessões S.A. (2019b). *Relatório de responsabilidade socioambiental 2018*. https://www.corumbaconcessoes.com.br/wp-content/uploads/2019/07/APLPAC2262_G_CORUMBA_RSA_2018_B.pdf
- Corumbá Concessões S.A. (2020). *Informativo UHE Corumbá IV Julho 2020*. https://www.corumbaconcessoes.com.br/wp-content/uploads/2021/01/informativo_43_impreso.pdf
- Coutinho, A. C. A., & Nóbrega, W. R. de M. (2019). Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(3), 55–70. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543>
- Da Redação do Mais Goiás. (2019, 28 agosto). Mapa Turístico de Goiás é alterado e passa a ter 79 destinos. *Mais Goiás*. <https://www.emaisgoias.com.br/mapa-turistico-de-goias-e-alterado-e-passa-a-ter-79-destinos/>.
- Estadão Conteúdo (2018, 11 dezembro). Sem turismo espiritual, Abadiânia (GO) teme colapso. *Isto é Dinheiro*. <https://www.istoedinheiro.com.br/sem-turismo-espiritual-abadiania-go-teme-colapso/>
- Goiás (2019). *Abadiânia quer entrar para o cenário nacional da pesca esportiva*. Assessoria de Comunicação Agência Estadual de Turismo - Goiás Turismo. <https://www.goias.gov.br/index.php/servico/39-turismo/118565-abadiania-quer-entrar-para-o-cenario-nacional-da-pesca-esportiva>
- Gonzáles-Mantilla, P. G., & León, C. J. (2020). Tourism Management in South American Geological Areas: Comparing Two Cases from Peru and Brazil. *Geoheritage*, 12(2). <https://doi.org/10.1007/s12371-020-00455-6>
- Governo Estadual de Goiás, & Goiás Turismo. (2012). *Inventário da oferta turística de Abadiânia*. Diretoria de Pesquisas Turísticas. <https://docplayer.com.br/53556661-Inventario-da-oferta-turistica-abadiania-go.html>
- Guterres, D. (2013). *Tributo a João de Deus*. [Monografia, Universidade Federal de Santa Maria].
- Hall, C. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19, 437-457. <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.570346>.
- Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. (2012, 25 maio). Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.
- Marins, Â. (2019). *Percepções dos empreendedores quanto aos estímulos e restrições institucionais em dois roteiros turísticos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Meneghel, L. M., & Tomazzoni, E. L. (2012) A comunicação e a integração dos atores do turismo do turismo regional: o caso do observatório de turismo e cultura da Serra Gaucha (OBSERVATUR). *Tur., Visão e Ação*, 14(2), 246-260. <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2777/2352>
- Merinero-Rodríguez, R., & Pulido-Fernández, J. I. (2016). Analysing relationships in tourism: A review. *Tourism Management*, 54, 122–135. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.10.010>
- Ministério do Turismo. (2013). *Programa de Regionalização Do Turismo*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf
- Ministério do Turismo. (2018). *Plano Nacional de Turismo - 2018-2022*. Conselho Nacional de Turismo. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>
- Ministério do Turismo. (2019). *Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: Perguntas e respostas*. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/>

- Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf
- Ministério do Turismo. (2020). *Mapa do Turismo 2019-2021*. Programa de Regionalização do Turismo. <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>
- Ministério Público do Estado de Goiás. (2013). *Relatório – PACUERA da UHE Corumbá IV*. Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada. http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2013/08/20/14_13_48_991_2013_08_19_CORUMB%C3%81_IV.pdf
- Mira, R., Breda, Z., Moura, A., & Cabral, M. (2017). O papel das DMO na gestão dos destinos turísticos: abordagem conceptual (1999-2014). *Revista acadêmica observatório de inovação do Turismo*, 11(1), 53-70. <https://doi.org/10.17648/raoit.v11n1.4507>
- Observatório do Turismo do Estado de Goiás-Goiás Turismo (2019). *Inventário da oferta turística região da estrada de ferro*. Goiás Turismo. <https://www.goiasturismo.go.gov.br/files/inventariosilvania.pdf>
- Oliveira, L. F. R. (2016, 7 outubro). *Review sobre as análises do Iramuteq*. [Slides de PowerPoint]. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/771/o/Review_sobre_as_an%C3%A1lises_do_Iramuteq.pdf
- Pimenta, R. L., & Mattedi, A. P. (2020). Convergência entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e a teoria de desenvolvimento sustentável de Sachs. *Revista Turismo: Estudos e Práticas- RETEP*. 9(1), 1–25. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>
- Ribeiro, T. L. S., Kevin, K. S., Costa, B. K., & Urdan, A. T. (2020). *Tur., Visão e Ação*, 22(2), 334-354. <https://doi.org/10.14210/rtva.v22n2.o334-354>
- Sebrae. (2012). *Plano Municipal de Turismo: Pirenópolis- Goiás*<https://livrozilla.com/doc/1302361/plano-municipal-de-turismo---prefeitura-municipal-de-pire...>
- Sebrae. (2018). *Estudo de potencialidades turísticas. Alexânia - Goiás*.
- Silva, C. A. O. (2014). *As festas históricas e religiosas de Luziânia/GO atuando no desenvolvimento do potencial turístico da cidade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16609>
- Silva, M. E. (2016). A Gestão do Conhecimento como Estratégia Competitiva para a Gestão do Turismo: uma contribuição teórica. *Revista Turismo em Análise - RTA*, 27(1), 43-64. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v27i1p43-64>
- Souza, M. A. R. de, Wall, M. L., Thuler, A. C. de M. C., Lowen, I. M. V., & Peres, A. M. (2018). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52(03353), 1-7. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>
- Sudarmiatin, Handayati, P., Soetjipto, B. E., Hidayat, R., & Bukhori, I. (2017). Rural tourism management: Gap between expected and reality. *International Journal of Applied Business and Economic Research*, 15(19), 279–289. https://serialsjournals.com/abstract/21925_20.pdf
- Sudré, L. (2019, 7 dezembro). Abusos da fé: um ano do caso João de Deus. *Brasil de fato*. <https://www.brasildefato.com.br/especiais/abusos-da-fe-or-um-ano-do-caso-joao-de-deus>
- Tanana, A. B., Rodriguez, C. A., & Gil, V. (2019). Strategic tourism management to address natural hazards in coastal areas: lessons from Buenos Aires, Argentina. *Tourism Review*, 74(3), 503–516. <https://doi.org/10.1108/TR-04-2018-0047>
- Tulik, O. (2001). *Turismo e meios de hospedagem: Casas de temporada*. Rocca.
- Veal, A. (2011). *A metodologia da pesquisa em lazer e turismo*. Aleph.
- Velasco-González, M. (2008). Gestión de destinos: ¿governabilidad del turismo o gobernanza del destino?. *Actas de XVII Simposio Internacional de Turismo y Ocio*. ESADE.
- Wirahayu, Y. A., Purwito, H., & Insani, N. (2019). Community-based tourism management in Santen Beach, Banyuwangi. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 243(1). <https://doi.org/10.1088/1755-1315/243/1/012059>
- Zhang, S., Zhong, L., Ju, H., & Wang, Y. (2019). Land border tourism resources in China: Spatial patterns and tourism management. *Sustainability (Switzerland)*, 11(1). <https://doi.org/10.3390/su11010236>